

DISTRITO INTERNACIONAL

Dezembro 2021 | Edição n°1



RESILIÊNCIA .

O que o mundo
aprendeu com a
Covid-19?

Escritório de
Assuntos Internacionais



”

LEVAR **BRASÍLIA** PARA O
MUNDO
E TRAZER O **MUNDO** PARA
BRASÍLIA

Brasília, dezembro de 2021

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha
Governador

Paco Britto
Vice-Governador

ESCRITÓRIO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

COORDENAÇÃO

Renata Zuquim
Chefe

Emiliano Abreu
Subchefe Executivo

REVISÃO TEXTUAL

Renata Zuquim
Chefe

Louise Alves
Assessora Especial

PRODUÇÃO E EDIÇÃO

Ana Luisa Coêlho
Assessora Especial

EQUIPE DO PROJETO

Ana Luisa Coêlho
Assessora Especial

Felipe Sousa
Assessor Especial

Jordana Buzin
Assessora Especial

Louise Alves
Assessora Especial

Ananda Ribeiro
Assessora de Comunicação

TRADUÇÃO

Oriente-se Produções Ltda

*A reprodução do conteúdo desta publicação é proibida para fins comerciais.
As opiniões aqui apresentadas pelos autores convidados não refletem o posicionamento do
Governo do Distrito Federal.*

Imagens: Canva, Arquivo Público do Distrito Federal

ÍNDICE.

04

Apresentação

Renata Zuquim
Chefe do Escritório de Assuntos Internacionais

17

Parceria Estratégica une União Europeia e Brasil na luta contra a Covid-19

Embaixador Ignacio Ybáñez
Chefe da Delegação da União Europeia no Brasil

06

É tempo de ação

Ibaneis Rocha
Governador do Distrito Federal

21

O Desafio do Desenvolvimento para América Latina e o Caribe com a COVID-19

Carlos Mussi
Diretor do Escritório da CEPAL no Brasil

11

O Itamaraty no combate à Covid-19

Embaixador Carlos Alberto Franco França
Ministro das Relações Exteriores

26

A UnDF e as utopias necessárias para o Distrito Federal

Simone Benck e Lucas Máximo
Reitoria *Pro Tempore* da Universidade do Distrito Federal (UnDF)

33

O ano de 2021 no EAI através do BIM
Escritório de Assuntos Internacionais

Capa da primeira edição da "Revista Brasília"



“Trazer o mundo para Brasília e levar Brasília para o mundo”: esta é a missão do Escritório de Assuntos Internacionais do Governo do Distrito Federal e desse compromisso nasceu a Revista *Distrito Internacional*, ainda digital.

O nome escolhido para esta publicação revela seu propósito, qual seja o de promover as relações internacionais de Brasília, criar um espaço de exposição de ideias e reflexões qualificadas sobre os temas que abordar, assim como entregar um produto institucional de excelência à população do *Distrito Federal* e à numerosa comunidade internacional que vive na Capital.

Este propósito se assemelha ao da “Revista Brasília”, publicada mensalmente entre 1957 e 1963 pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap para documentar, informar e divulgar o processo de construção de Brasília, naquele momento uma cidade ainda a ser conhecida pelo Brasil e pelo mundo.

Para homenagear aquele espírito pioneiro, a *Distrito Internacional* trará em suas páginas fotografias e artigos de algumas das 44 edições daquele periódico histórico, que hoje faz parte dos Fundos Públicos do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), reconhecido como Patrimônio Documental da Humanidade pela Unesco.

A edição da revista será quadrimestral, suas edições abordarão temas de relevância mundial e os artigos nela publicados serão elaborados por representantes locais e da comunidade internacional, que apresentarão seus pontos de vista sobre o tema escolhido.

Para a edição inaugural deste projeto não poderíamos deixar de abordar o acontecimento que impactou a vida de bilhões de pessoas e que tem definido as pautas de todos os governos, sociedade civil, jornais e redes sociais mundo afora nos últimos dois anos: a pandemia da Covid-19. A intenção não é trazer aqui os evidentes e devastadores efeitos da pandemia, mas fornecer um espaço para o compartilhamento de aprendizados e de legados internacionais consolidados durante o período.

Com o tema “*Resiliência: o que o mundo aprendeu com a Covid-19?*”, convidamos o Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha; o Ministro das Relações Exteriores, embaixador Carlos Alberto Franco França; o chefe da Delegação da União Europeia no Brasil, embaixador Ignacio Ybáñez; o diretor do Escritório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas, Carlos Mussi e a reitora pro tempore da Universidade do Distrito Federal - UnDF, professora Simone Benck.

Os cinco textos evidenciam pontos de vista diferentes, mas mesmo em suas singularidades fazem reflexões sobre as mesmas indagações: **como responder a uma crise humanitária global, capaz de afetar todos os âmbitos das sociedades e ainda conseguir tirar boas lições desse período desafiador?**

Além disso, ao final desta edição incluímos uma pequena retrospectiva da atuação do Escritório de Assuntos Internacionais do Governo do Distrito Federal ao longo de 2021, por meio da nossa principal ferramenta de comunicação: o Boletim Internacional Mensal (BIM). Em uma linha do tempo, destacamos as temáticas de cada análise realizada e alguns dos eventos que aconteceram em cada mês junto à comunidade internacional.

A *Distrito Internacional* é uma oportunidade para navegar por diferentes perspectivas e lentes qualificadas, de pessoas que vivem na cidade de Brasília e a forjam como cidade global.

Boa leitura!

Renata Zuquin

Chefe do Escritório de Assuntos Internacionais



Homem lendo jornal que chegava por avião em Brasília

É TEMPO DE AÇÃO

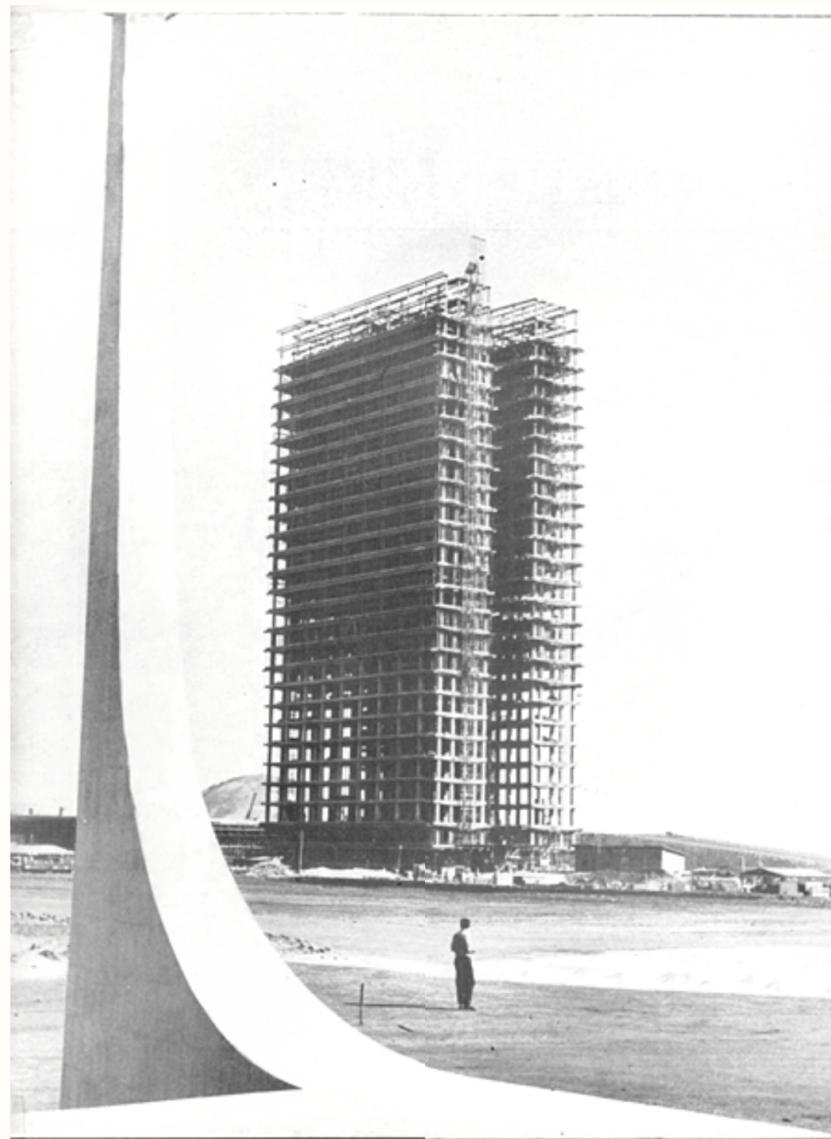
Ibaneis Rocha
Governador do Distrito Federal

Em abril de 1960, o então Presidente Juscelino Kubitschek escrevia um capítulo marcante na história brasileira: inaugurava a nova capital do país. Brasília, a "terra prometida" das profecias de Dom Bosco, que se concretizava exatamente entre o 15° e o 20° paralelo no globo, como no sonho histórico, figurado já na Carta Constitucional do Brasil independente - uma grande cidade no Planalto Central do Brasil.

Símbolo de uma era de inquebrantável crença no espírito empreendedor e arrojado do povo brasileiro, a cidade modernista foi planejada a partir de inovadores conceitos urbanísticos e sociais, aos quais se acresceram as tradições populares de todos os cantos do país.

Palco das decisões políticas que influenciam mais de 200 milhões de vidas, a cidade se preparou para, em 2020, abraçar residentes e visitantes na comemoração de seu sexagésimo aniversário, que contaria com um ano inteiro de atividades culturais no Distrito Federal, no Brasil e no exterior, por meio da promoção de eventos a serem realizados com o auxílio das embaixadas brasileiras mundo afora.

Entretanto, os desafios impostos pela pandemia da Covid-19 implicaram a necessidade de uma drástica alteração desses planos. Fundamentados na ciência e embasados nas diretrizes internacionais da Organização Mundial da Saúde - OMS, reorientamos de imediato nossos esforços e estabelecemos como máxima prioridade a contenção do novo coronavírus. Agimos com assertividade para enfrentar os impactos sanitários, sociais e econômicos resultantes desta crise.



Construção do Congresso Nacional

Desde então, o Governo do Distrito Federal implementou diversas ações alinhadas aos preceitos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, para garantir condições mínimas de subsistência, saúde, educação, segurança e acesso aos serviços básicos oferecidos pelo Governo à população, que passo a elencar a seguir.

Fomos a primeira unidade federativa brasileira a impor medidas restritivas de funcionamento de atividades comerciais e de circulação de pessoas. Tão logo foram registrados os primeiros casos da doença, decretamos a situação de emergência no âmbito da saúde pública, a fim de conferir celeridade a compras governamentais de medicamentos, equipamentos e insumos essenciais.

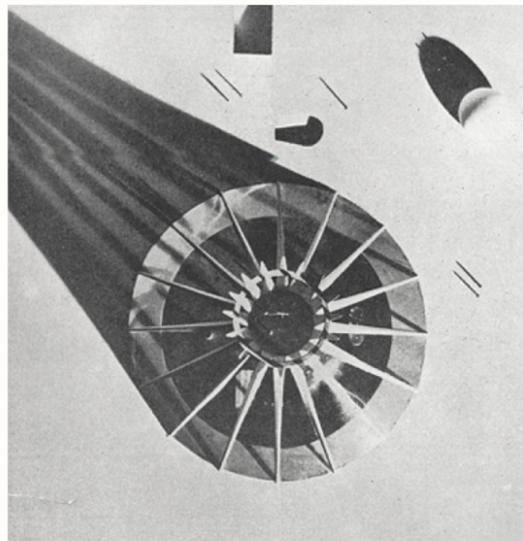
No que tange à atenção à saúde, três estruturas hospitalares foram disponibilizadas em caráter emergencial, adicionando cerca de 350 leitos ao sistema de atendimento a pacientes diagnosticados com Covid-19. Inauguramos também um hospital no Complexo Penitenciário da Papuda para atender exclusivamente a população carcerária, público altamente vulnerável ao contágio. Além disso, com o propósito de evitar a formação de filas e aglomerações nas unidades de saúde, passamos a oferecer entrega em domicílio dos medicamentos necessários ao tratamento de doenças crônicas não transmissíveis.

Quanto à educação, determinamos rapidamente a suspensão de aulas presenciais, mas garantimos a continuidade do processo de aprendizagem, implementando o programa *Escola em Casa DF* - uma plataforma virtual onde alunos e professores puderam interagir por meio de videoconferências, troca de mensagens, materiais didáticos e avaliações -, e asseguramos a manutenção da merenda escolar, mediante auxílio financeiro adicional.

Com o intuito de preservar a economia aquecida, atuamos na concessão de isenção de impostos e na remissão dos débitos, incentivando empresas a criarem postos de trabalho por intermédio do programa *Emprega-DF*. Criamos também uma linha de crédito para artesãos e desenvolvemos a plataforma *Square City*, para fomentar a comercialização do artesanato local.

Para a garantia dos direitos sociais fundamentais, reduzimos os valores pagos por água e esgoto à população mais necessitada, e instauramos o Comitê de Emergência Contra a Covid-19, que contou com o apoio dos setores público e privado locais, assim como do corpo diplomático, viabilizando a doação de itens básicos à população mais vulnerável.

Maquete da Catedral de Brasília



Ainda, lançamos o programa *Hotelaria Solidária*, em benefício de idosos que não possuíam locais adequados ao isolamento; estabelecemos alojamentos para pessoas em situação de rua; e adquirimos produtos da agricultura familiar local, que foram destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar.

Além disso, criamos o programa *Prato Cheio*, a fim de garantir alimentação adequada a 29 mil famílias de baixa renda, e mantivemos o funcionamento de 14 restaurantes comunitários, atendendo a população mais vulnerável do Distrito Federal.

Demos especial atenção às mulheres, que sofreram impacto ainda mais significativo no momento de pandemia, que agravou a vulnerabilidade à violência baseada em gênero, instituindo programas de assistência remota policial e de saúde à mulher, além de iniciativas de estímulo econômico à população feminina.

Finalmente, importante mencionar que o setor cultural também foi beneficiado com o lançamento do programa *Conecta Cultura* e do edital *Mais Cultura*, distribuindo quase 8 milhões de reais a projetos selecionados em concorrência pública, estimulando as artes e a economia local.

Presidente Juscelino Kubitschek e Lucio Costa na Avenida Monumental de Brasília



Conseguimos, até o momento, imunizar totalmente 80% da população apta a ser vacinada no Distrito Federal. Em função disso e da significativa queda nos números de novos infectados por dia e mortes diárias pelo coronavírus, iniciamos a flexibilização das medidas de distanciamento social, do uso de máscaras em espaços abertos e retomamos as aulas presenciais de forma integral. Entendo que estamos no momento de retomar o desenvolvimento da nossa Capital, estimulando a economia, a geração de emprego e renda, e impulsionando o ensino, tão fundamental para construção de um futuro mais próspero e promissor para nossa população.

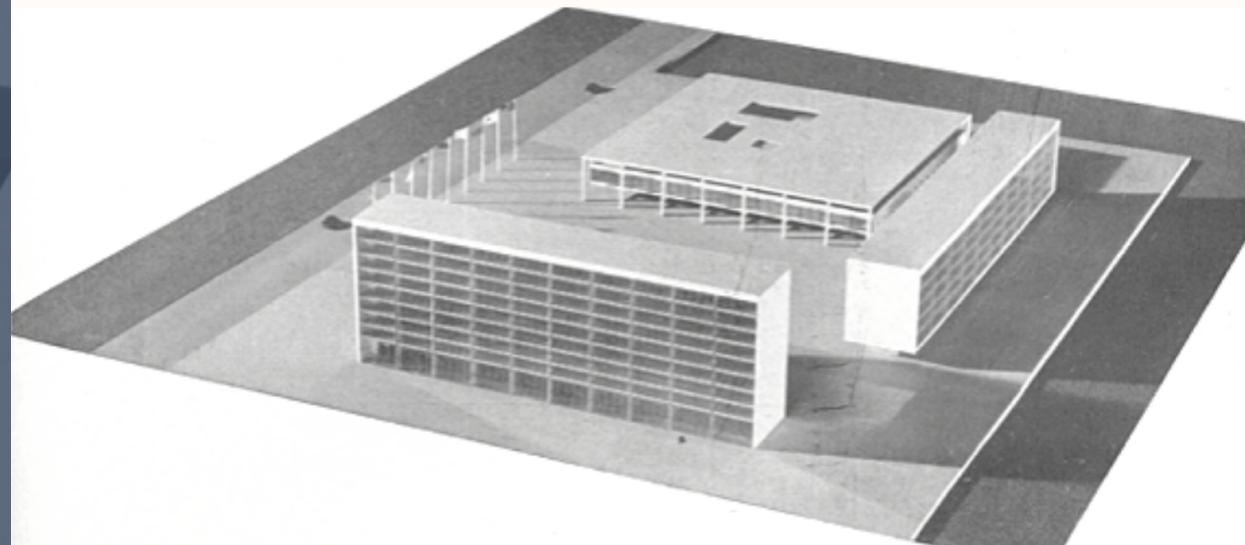
Os últimos anos entrarão para a história mundial como um período desafiador, durante o qual tivemos que lutar com resignação e resiliência. Felizmente, contando com os extraordinários esforços dos agentes públicos e da sociedade, Brasília, a Capital da Esperança, mostrou-se capaz de lidar firmemente com a crise, e poderá celebrar, junto à comunidade nacional e internacional que a abraça, outros tantos aniversários, incorporando as árduas lições do presente à sua rica trajetória.


Ibaneis Rocha
 Governador do Distrito Federal

O ITAMARATY NO COMBATE À COVID-19

Embaixador
Carlos Alberto
Franco França
*Ministro de Estado das
Relações Exteriores (*)*

() Estendo meus agradecimentos ao Governo do Distrito Federal pela oportunidade para compartilhar essas notas e passar em revista algumas das iniciativas do Itamaraty que integraram a ação do governo do Presidente Jair Bolsonaro desde que a Covid-19 atingiu o mundo. Comentar o trabalho que foi desenvolvido representa exercício de prestação de contas e transparência, necessário em qualquer democracia madura.*



Passados mais de 18 meses do início da pandemia de Covid-19, declarada oficialmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, convém realizar balanço, ainda que parcial, do que tem feito a diplomacia brasileira para enfrentar o desafio que ela impôs ao Brasil e ao mundo.

É difícil dimensionar a escala do impacto causado pela pandemia, em termos de perda de vidas, de prejuízos econômicos e de aumento da instabilidade internacional. Milhões de vítimas fatais, escolas fechadas, famílias separadas, restrições de viagens e deslocamentos de modo geral, a virtual paralisação de setores inteiros da economia global e a maior recessão desde a Segunda Guerra Mundial. Foi nesse contexto que assumi a honrosa tarefa que me foi confiada pelo Presidente Jair Bolsonaro de liderar o Ministério das Relações Exteriores (MRE). Como não poderia deixar de ser, a diplomacia da saúde esteve, desde o início, no topo de nossas prioridades, assim como a recuperação econômica e os esforços em prol do desenvolvimento sustentável.

Tem sido um período de enorme desafio, mas principalmente de aprendizado e de intenso trabalho. Passamos, em poucas semanas, de uma atividade de identificação, diagnóstico e análise,



Exposições sobre Brasília no exterior

para outra de construção de capacidades, mitigação de riscos e elaboração de respostas. Tratou-se de verdadeiro exercício de gestão de crises, a exigir-nos criatividade, dinamismo e adaptação. O Ministério das Relações Exteriores conseguiu demonstrar resiliência ante os desafios apresentados e deu prova de sua capacidade de defender o interesse nacional e prestar serviços de qualidade aos cidadãos brasileiros.

Nesse momento inédito para nossa geração, verificamos novamente o acerto da Constituição ao estabelecer os princípios que regem nossas relações internacionais, com destaque para a “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”. Sob este signo, o Itamaraty desenvolveu iniciativas importantes, que, não resta dúvida, ajudaram na mobilização nacional de contenção do vírus e de seus efeitos negativos sobre a vida dos brasileiros.

A tradicional atuação internacional do Brasil no campo sanitário foi fortalecida e aprimorada. O MRE e o Ministério da Saúde atuaram de mãos dadas nesse esforço, voltado para troca de informações, discussões sobre boas práticas, obtenção de medicamentos e insumos hospitalares e desenvolvimento e aquisição de imunizantes contra a Covid-19.

O Itamaraty agiu decisivamente para a importação desses imunizantes e dos insumos necessários para sua produção (Ingrediente Farmacêutico Ativo – IFA). Não se pode deixar de ressaltar o papel das doações no auge do enfrentamento à pandemia. O Itamaraty coordenou o recebimento de ofertas de medicamentos, EPIs e máquinas de exame feitas ao Brasil por nações amigas. Também pudemos fazer nossa contribuição, atendendo a pedidos de 24 países parceiros, principalmente por meio da Agência Brasileira de

Nossa participação nos bancos multilaterais e regionais de desenvolvimento também canalizou a relevante contribuição que tais instituições podem dar aos países-membros. No âmbito da Comissão de Financiamentos Externos (COFLEX), órgão colegiado do qual o Itamaraty participa, destacou-se a aprovação do “Programa Emergencial de Apoio a Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID-19 no Brasil”, com financiamentos de seis daqueles organismos, no total de US\$ 4 bilhões, que contribuíram significativamente para a implementação de políticas públicas nas três esferas da federação.

Outra área em que o Itamaraty atuou intensamente no combate à pandemia foi a do serviço consular. É difícil imaginar algum período, nas últimas décadas, em que a diplomacia consular tenha sido tão requisitada como na fase inicial da pandemia. Sem muito planejamento, medidas unilaterais foram adotadas da noite para o dia em dezenas de países. Milhares de brasileiros que estavam em solo estrangeiro foram pegos de surpresa.

Tivemos de redobrar esforços na área consular, de modo a atender os brasileiros expatriados que recorriam a nossas representações em busca de assistência. Integramos o Grupo Executivo Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional e, com esse mecanismo interagência, passamos a colher e sistematizar informações sobre o volume de brasileiros que ficaram retidos no exterior em razão da emergência sanitária.

Dentro do MRE, criamos grupos de trabalho para “Plantões Consulares”, separados por regiões, e designamos funcionários que estiveram disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana, para o atendimento ao público, mediante contato telefônico que divulgamos em nossas redes sociais e demais canais institucionais. Esses esforços possibilitaram ao governo brasileiro repatriar mais de 38.800 nacionais que se encontravam retidos no



Palanque improvisado na Rodoviária para o presidente dos Estados Unidos à época, Dwight D. Eisenhower

Cooperação (ABC), que recebeu, em 2020, recursos extraordinários no valor de R\$ 28 milhões para emprego exclusivo em ações de cooperação humanitária internacional para enfrentamento da Covid-19.

O Brasil tem trabalhado tanto no desenvolvimento de vacinas próprias quanto na criação de capacidade tecnológica para a produção dos componentes das vacinas estrangeiras utilizadas no país. Tencionamos fornecer imunizantes a outros países tão logo a produção doméstica o permita, dando prioridade aos nossos parceiros da América Latina.

Uma das diretrizes centrais do Presidente Bolsonaro no enfrentamento da pandemia é a de que nossa atuação deveria ter como horizonte a proteção da saúde e, também, dos empregos. Tendo isso presente, o Itamaraty valeu-se amplamente da diplomacia econômica para buscar condições de suporte à economia brasileira, de acesso a insumos estratégicos no combate à crise e de aquisição de tecnologia para os imunizantes.

No debate sobre propriedade intelectual no âmbito da OMC, o Brasil tem sublinhado a necessidade de que a decisão de eventual relaxamento das proteções do Acordo TRIPS (seja uma moratória, seja a ampliação de flexibilidades do Acordo, ou algo híbrido) possa ser implementada no

menor prazo possível, de forma a contribuir para a produção de vacinas e de outros tratamentos para o combate da pandemia.

Ainda em 2020, no âmbito multilateral, juntamente com os demais membros do G20, o Brasil apoiou o documento "Ações do G20 para apoiar o comércio e investimentos mundiais em resposta à COVID-19", que prevê ações coletivas em regulação e facilitação do comércio, transparência, operação de redes logísticas, suporte às micro, pequenas e médias empresas, apoio ao sistema multilateral de comércio, construção de resiliência das cadeias globais de valor e fortalecimento dos investimentos internacionais.



Visitas internacionais a Brasília em 1959



Embaixador Carlos Alberto Franco França
Ministro de Estado das Relações Exteriores

exterior. Desse total, mais de 8.000 brasileiros foram repatriados em 37 voos fretados diretamente pelo MRE, vindos de cerca de 100 países, graças a recursos de Medidas Provisórias decretadas pelo Presidente Bolsonaro.

A crise que a humanidade ainda está por superar expôs nossas fragilidades e os riscos a que estamos sujeitos. Se há algo que certamente precisamos - organizações e indivíduos - internalizar em nossa atuação é a importância do imprevisível e a influência que ele tem no trabalho que realizamos diariamente.

Penso que é preciso maior esforço analítico para entender a natureza das crises que provavelmente teremos de enfrentar. Até pouco tempo, costumávamos pensar que as grandes ameaças à segurança e à estabilidade das relações internacionais seriam fruto de embates militares, ataques terroristas, choques econômicos e outros fatores correlatos.

A pandemia parece ter expandido consideravelmente a percepção dos desafios que teremos de levar em conta. Teremos de atentar para questões que vão desde o surgimento de zoonoses a desastres ambientais, passando pela segurança cibernética e a mudança do clima. O conhecimento para compreender tais problemas é multidisciplinar, e a capacidade para resolvê-los depende da ação coordenada do Estado, envolvendo os três poderes e as três instâncias de governo, sempre em diálogo e colaboração com os diversos segmentos de nossa sociedade.

Visita de príncipes japoneses a Brasília



PARCERIA ESTRATÉGICA UNE UNIÃO EUROPEIA E BRASIL NA LUTA CONTRA A COVID-19

Embaixador Ignacio Ybáñez
Chefe da Delegação da União Europeia no Brasil.

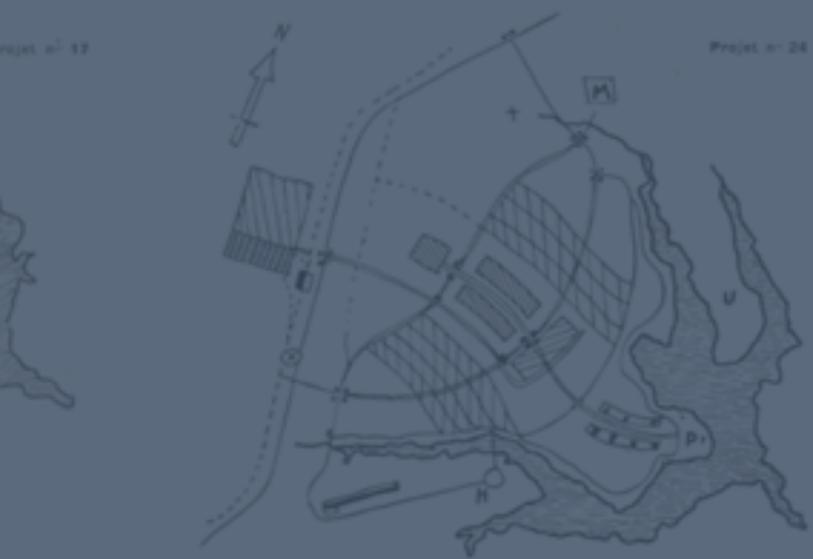
A União Europeia (UE) tem se esforçado significativamente, como “Time Europa”, para apoiar os países parceiros na luta contra a Covid-19 - durante todas as fases da pandemia. O objetivo foi combinar recursos da UE, dos seus Estados-Membros e das instituições financeiras europeias. O vírus não conhece fronteiras; enquanto existir em algum lugar do mundo, continuará sendo uma ameaça à saúde pública por toda parte e, portanto, o Brasil e a União Europeia entenderam desde o início que lutar juntos contra a pandemia é do interesse de todos. No final, provavelmente teremos que aprender a conviver com esse vírus. Esta é também uma lição de resiliência, mas também de solidariedade. Solidariedade, coesão e convergência são os princípios básicos da resposta da União Europeia, tanto a nível interno como em cooperação com os seus parceiros. E a pandemia ensinou a todos nós - por sua longevidade - lições de como ser resiliente.

A União Europeia é - muito antes da pandemia - um forte defensor e apoiador da cooperação internacional, do multilateralismo e, nomeadamente, da Organização Mundial da Saúde (OMS), no seu papel crucial na luta contra a Covid-19. A UE e os Estados-Membros estão entre os principais doadores mundiais de ajuda internacional de emergência. Nestes tempos, a troca de experiências, a cooperação científica, a solidariedade e a defesa dos direitos dos mais vulneráveis são ações que ajudaram e estão a ajudar-nos a sair desta crise sem precedentes e a nos orientar para uma recuperação inclusiva para todos - em todos os continentes. É por isso que, apesar de nossas próprias dificuldades durante a pandemia, a União Europeia decidiu mobilizar rapidamente os recursos de seus programas de cooperação na região da América Latina e Caribe, como parte da resposta global de combate à Covid-19.



Construção do Congresso Nacional

NOUVELLE CAPITALE DU BRÉSIL



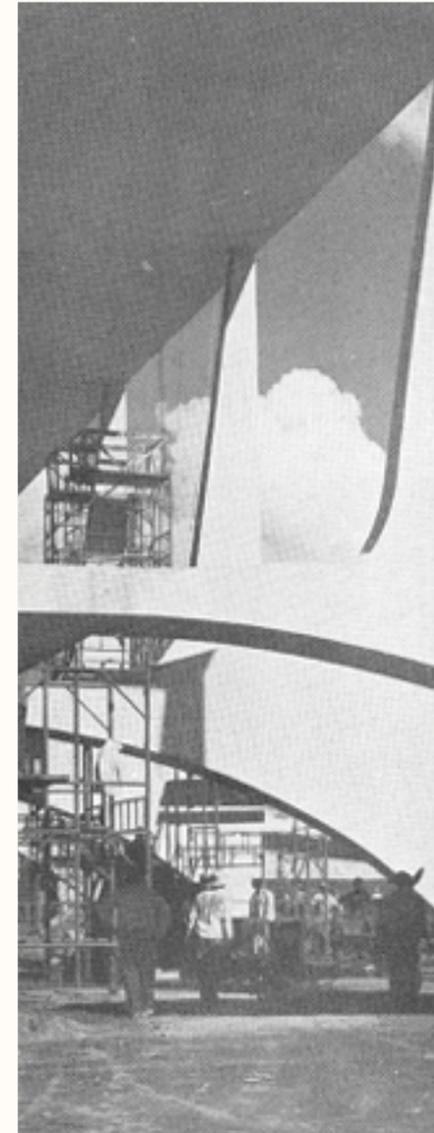
O COVAX Facility administrado pela GAVI é fundamental para tornar a vacina para a Covid-19 acessível a grupos vulneráveis em todas as partes do mundo. A UE e o Estado Maior da União Europeia (EMUE) são os principais doadores com 2,47 bilhões de euros. Os investimentos europeus têm acelerado o desenvolvimento e a produção de vacinas, contribuindo não só para o controle da epidemia na União Europeia mas também no resto do mundo. O Brasil também se inscreveu no COVAX Facility e contribuiu para imunizar sua população. Os esforços globais para tornar as vacinas ainda mais acessíveis a todos os países com o objetivo de sair da devastadora crise de saúde global têm sido amplamente bem-sucedidos em muitas partes do mundo. No entanto, a situação continua dinâmica.

Em sua Parceria Estratégica com o Brasil, a União Europeia está empenhada em dar continuidade à cooperação na busca de soluções que mitiguem os custos humanos e socioeconômicos desta crise e ajudem nos momentos de recuperação e reconstrução. Todas as representações dos países membros da UE no Brasil estão envolvidas em ações para enfrentar os efeitos da pandemia. Muitos exemplos de ações realizadas no combate à Covid-19 comprovam esse esforço contínuo. A Delegação da União Europeia no Brasil e as Embaixadas dos Estados Membros da União Europeia unem esforços com instituições brasileiras para acomodar as diversas demandas da pandemia de Covid-19.

As ações de apoio tinham duas vertentes: em primeiro lugar, a ajuda física de emergência prestada principalmente através de projetos existentes financiados pela União Europeia e pelos seus Estados-Membros. Os planos de trabalho foram ajustados para incluir ações de prevenção e combate à pandemia. Os projetos incluíram, por exemplo, campanhas de informação sobre a pandemia, cestas básicas e materiais de higiene. Foram apoiadas 70 ações no montante de 22,6 milhões de euros de bolsas. Em segundo lugar, as instituições financeiras da União Europeia mobilizaram 635 milhões de euros em empréstimos, por exemplo para apoiar os programas de ajuda de emergência do governo ou para apoiar a recuperação econômica de micro e pequenas empresas no Nordeste do Brasil. E esses esforços e iniciativas ainda estão em andamento.

A União Europeia compreende que agora, na (espera-se) etapa final da pandemia, a resiliência para sair da crise econômica global causada pela pandemia é essencial. Requer solidariedade e perseverança. Porque o grau de interconexão das economias mundiais é muito alto. Como disse Josep Borrell, que acaba de voltar de uma visita oficial ao Brasil, em seu blog há algum tempo, “Estamos todos no mesmo barco (...)” e insistia “(...) como abordar a Covid-19 de forma a nível global e como garantir uma distribuição justa de vacinas, juntamente com uma recuperação justa e sustentável.”

Embaixador Ignacio Ybáñez
Chefe da Delegação da União Europeia no Brasil.



Construção do Palácio do Planalto



Sessão da "Revista Brasília" que versava sob a divulgação de Brasília no exterior



O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE COM A COVID-19

Carlos Mussi

Diretor do Escritório da CEPAL no Brasil ()*

() As opiniões nesse artigo são do autor não representando as posições da instituição em qual trabalha.*

Futuras gerações irão analisar o início dos anos 2020 em como a humanidade foi capaz de responder à pandemia da Covid-19. Será citado como conseguiu-se o desenvolvimento de vacinas em tempo recorde, em pouco mais de um ano desde o primeiro caso da doença. Por outro lado, vários estudos irão recuperar as dificuldades para se construir uma colaboração mundial para atenuar os impactos da Covid-19. Ficará claro como desigualdades ou assimetrias decorrentes das respostas dos governos dos vários países e do acesso e aplicação das vacinas em diferentes regiões do mundo custaram perda de vidas e deterioração das economias. A América Latina e o Caribe estarão em destaque nessas análises.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL) tem registrado por seus estudos a evolução da Covid-19 na região em seus vários aspectos, especialmente na saúde, na produção, no emprego, na renda, e no incremento das desigualdades e restrições estruturais da nossa sociedade.

A Covid-19 até o final de novembro de 2021 registrou no mundo 265,3 milhões de casos e 5,3 milhões de falecimentos. Na América Latina e no Caribe, nesse mesmo período, anotaram o total de 47,0 milhões de casos e 1,6 milhão de falecimentos. Para uma região que abriga 8,4% da população mundial, tivemos 17,7% dos casos e 30,2% dos falecimentos. Esses resultados confirmam a nossa dificuldade em nos adaptar às mudanças nos nossos hábitos para o distanciamento social, no uso de máscaras e equipamento de proteção individual, e principalmente na suspensão de atividades produtivas e sociais ou “lockdown”.

A quantidade de casos ocorridos nas diferentes ondas da Covid-19 levou ao colapso dos sistemas de saúde elevando os riscos para as pessoas doentes. A região começou tarde e de forma desigual a vacinação, mas em seguida, ainda com dificuldades em alguns países, a população tem buscado a vacina dada a disponibilidade que existe atualmente.

De igual forma, essa dramática evolução levou à similar perdas na economia. Em 2020, o produto interno bruto da região caiu -6,8%, a taxa de desemprego regional subiu a 11,9% (no Brasil para mais de 14%), a taxa de participação caiu para 57%. Estima-se uma perda de 24,8 milhões de postos de trabalho entre 2019 e 2020. As mulheres foram as mais impactadas com a saída de 13 milhões do mercado de trabalho, reduzindo a sua taxa de participação para 57%. Evidente que a perda desses postos de trabalho foi substancialmente no mercado informal. Dos postos de trabalho fechados no Brasil, 78,8% foi no mercado informal.

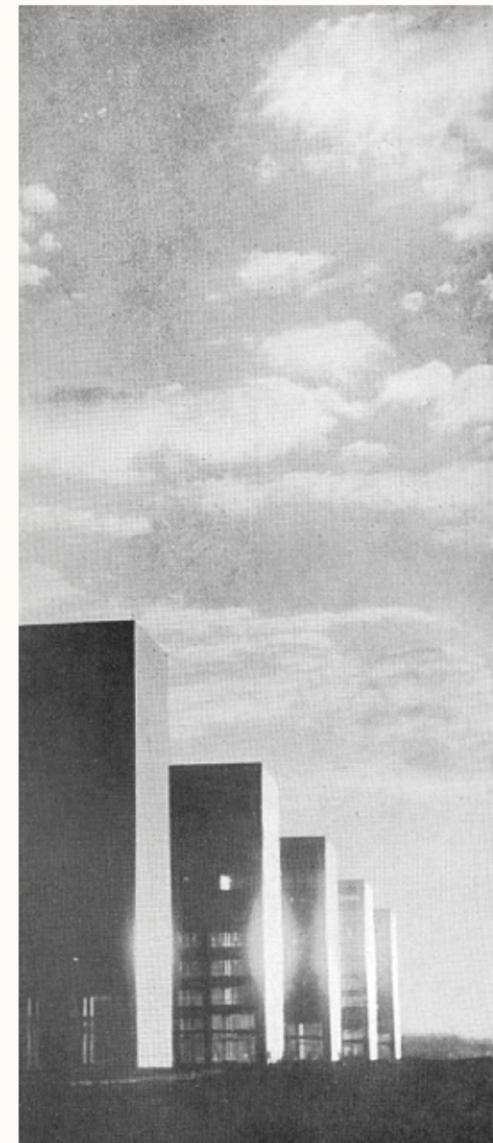
Em 2021, o que observarmos é recuperação lenta e não transformadora. Em resumo, as dificuldades da Covid-19 acentuaram as restrições ao crescimento da região desde a Crise Financeira de 2008 e reverteram alguns ganhos na redução das desigualdades observadas na região desde os anos 1990. Por exemplo, boa parte da recuperação que estamos observando esse ano – estimada, para região, algo próximo a 5% - é apenas uma retomada da queda no ano passado. Voltaremos, em 2022, a uma trajetória de muito baixo crescimento. O quinquênio entre 2014 e 2019 resultou na menor média de taxa de crescimento desde a Grande Depressão dos anos 1930. Em 2019, observa-se um gradual retrocesso dos indicadores de pobreza e desigualdade em vários países da região.

Ficava claro, antes da pandemia, que a América Latina e o Caribe deveriam reconhecer que o seu estilo de desenvolvimento é insustentável em todas as suas formas. Não há uma transformação produtiva e progressista que nos levaria ao desenvolvimento sustentável.

Desde 2016, a CEPAL alertava e apresentava uma metodologia e proposta para debatermos estilos de desenvolvimento. Que fique claro, a CEPAL não tem um único estilo de desenvolvimento sustentável a ser aplicado em todos países da região. O objetivo é construir um diálogo amplo e democrático sobre o futuro de cada país latino-americano e caribenho.

A primeira etapa nessa busca por um novo estilo de desenvolvimento é o reconhecimento de fatos que estão fora de nosso controle imediato. O primeiro é a mudança demográfica da nossa região, em especial do Brasil. Observaremos a mais rápida taxa de envelhecimento do mundo. Em poucos anos, parte considerável da nossa população terá mais de 60 anos, com os mais velhos (80+ anos) igual ou maior que as crianças e adolescentes (0 a 20 anos). Outra mudança que foi acelerada com a Covid-19 é a tecnológica. A revolução digital foi introduzida em todos aspectos de nossas vidas profissional e pessoal. Há um novo cenário internacional com novos padrões de comércio e finanças. A Covid-19 consolidou a posição da China nesses padrões, seja nas mudanças das cadeias de produção e distribuição, como na acumulação de recursos financeiros potencialmente disponíveis para novos investimentos. No final, não podemos minimizar o impacto das mudanças climáticas que estamos observando com aumento da frequência e intensidade de desastres naturais e seus impactos na agricultura e nos recursos hídricos.

Ao reconhecer essas condições exógenas deve-se trazer três pontos cruciais ao debate, na forma de perguntas básicas: O que e como podemos produzir? Como e quem irá demandar essa produção? E como dar sustentabilidade à essas opções?



Esplanada dos Ministérios

O que produzir não é apenas uma única função técnica de juntar capital, mão de obra e tecnologia. Necessita-se buscar eficiência e competitividade, que requer crescentes níveis de produtividade. Há que analisar a disponibilidade desses recursos, sejam os naturais, os demográficos, os financeiros e os tecnológicos. Ademais, há a inovação “destrutiva” e geradora de novos setores e empregos, que alteram a concorrência e dinamismo entre setores e países.

Como e quem demanda essa produção necessitam de análise da distribuição dos resultados da maior produtividade entre indivíduos, empresas e a comunidade por meio do Estado. Sabemos que a oferta em si não gera sua própria demanda e os ciclos de negócios trazem instabilidade. A ação do Estado torna-se presente para atenuar e arbitrar o conflito distributivo. Essa gestão é complexa pois implica trazer convergência nos instrumentos públicos como as políticas fiscal, monetária e cambial. Da mesma forma, por meio democrático, serão decididos a forma e níveis de tributação, do gasto público, especialmente do investimento e dos encargos da dívida pública.

Por último, nos anos recentes observamos que as decisões de investir não é somente uma resolução do ajuste entre demanda e oferta. A sociedade moderna exige mais sustentabilidade. Não

é apenas o tema da governança do meio ambiente, mas também a inclusão social e a desigualdade entre ricos e pobres.

Como responder essas perguntas caberá a cada país e seus habitantes. No entanto, para alcançar esse novo estilo de desenvolvimento exige-se a busca por um “grande impulso” do investimento privado e público, principalmente por meio da coordenação dessa parceria em termos de metas, padrões de produção e consumo, recursos financeiros e a promoção de maior conhecimento em novas tecnologias e inovações.

Carlos Mussi
Diretor do Escritório da CEPAL no Brasil



Construção da Catedral de Brasília

A UNDF E AS UTOPIAS NECESSÁRIAS PARA O DISTRITO FEDERAL

Simone Benck

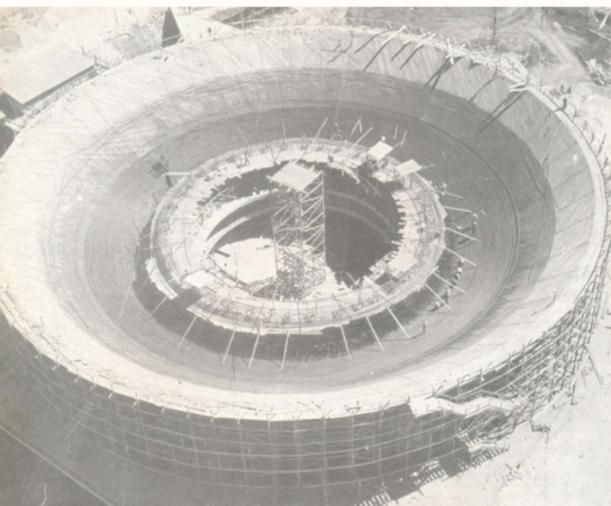
Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Reitora Pro Tempore da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes (UnDF).

Lucas Máximo

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Assessor Especial da Reitoria Pro Tempore da UnDF.

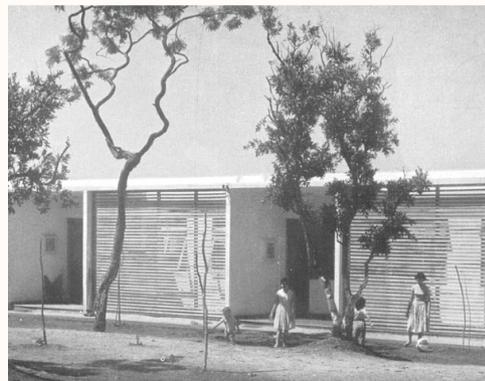
A construção de uma nova capital na vastidão desértica do Planalto Central é um evento a ser compreendido em suas mais diversas nuances. Como aventura singular que foi, a invenção de Brasília precisa ser narrada em sua inteireza, seja pela ótica daqueles que perceberam o empreendimento como manifestação do arroubo impulsivo de uma elite política descolada dos problemas nacionais mais urgentes, seja pelo viés daqueles que vislumbraram a Capital da Esperança como símbolo do amplo projeto de uma nação em busca de sua rota definitiva para o desenvolvimento.

Dentre as diferentes representações que podem ser conferidas à pulsante capital brasileira, o fato é que Brasília vem sendo diuturnamente reimaginada e reinventada a partir de suas concepções originais. Ao ser idealizada simultaneamente como *urbs* e *civitas* por Lucio Costa, Brasília foi pensada não somente como a máxima expressão do movimento modernista, mas também como organismo vivo, monumentalmente dotado de potências estéticas e culturais capazes de modelar um novo país. Não à toa, seu projeto tinha como premissa central a imaginação de “[...] uma cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo [...] própria ao devaneio e à especulação intelectual” (BRASIL, 2018, p. 29).



Construção do plenário da Câmara dos Deputados

Não demorou até que a ebulição intelectual pela qual Lucio Costa tanto se entusiasmou tomasse conta do ermo Planalto Central, sendo a educação a área que talvez melhor abrevie o devaneio político-social imaginado para a cidade. Lançada como síntese do projeto emancipatório que se pretendia para o país, a utopia de Brasília se confunde necessariamente com uma certa utopia educativa aspirada, àquela época, por intelectuais como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, preocupados em desenvolver nas instituições educacionais as devidas ferramentas para a inclusão social e autodeterminação do povo brasileiro. Como bem destaca Sousa Júnior (2011, p. 9), “pela primeira vez no país se poderia planejar o nascimento de uma cidade



O início da educação na capital

simultaneamente a seu projeto pedagógico” e, dessa forma, as diferentes visões de transformação social imbuídas à ideação da nova capital foram intrinsecamente incorporadas aos debates sobre o modelo de educação pública que viria a ser implantado em Brasília, entendida como lócus privilegiado para a formação de uma intelectualidade orientada à superação dos problemas nacionais (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2017).

A autenticidade desse pensamento educacional foi materializada, por exemplo, no tratamento arquitetônico, urbanístico e pedagógico dado aos centros escolares de Brasília, que deveriam abrigar, segundo o plano educacional originalmente concebido, “funções diversas e considerável variedade de forma e de objetivos, a fim de atender a necessidades específicas de ensino e educação e, além disso, à necessidade de vida e convívio social” (TEIXEIRA, 1961, p. 195). No âmbito da educação superior, a proposta pedagógico-institucional definida para a Universidade de Brasília (UnB), inaugurada dois anos após o advento da capital, sintetiza o empenho crítico e imaginativo depositado numa nova e distinta instituição universitária, multidisciplinar em sua essência, comprometida com a formação cidadã pautada na indissociabilidade entre teoria e prática e, portanto, disposta a dialogar com a nova cidade, com o país e com o mundo.

A concepção de “[...] uma universidade modelo, à frente de seu tempo, inovadora, sintonizada com os ares de refundação do país” (BOMENY, 2016, s.p.), missão encarnada pelos idealizadores da UnB, continua sendo um farol imprescindível para a educação superior pensada no Distrito Federal e para o Distrito Federal. Como projeto grandioso em sua envergadura, ambições e efetivas

entregas, é, assim como Brasília, naturalmente permeado por um sentido utópico que merece ser celebrado, mas também constantemente repensado e refeito em meio às continuidades e descontinuidades da história.

Passados quase sessenta anos da inauguração da primeira instituição de ensino superior pública da nova capital, a utopia educativa incessantemente tecida no Planalto Central ganha um novo entrelaçamento com a Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes - UnDF. Ao criar a universidade distrital em julho de 2021 (Lei Complementar nº 987/2021), o Governo do Distrito Federal realiza uma aposta assertiva na instituição, acreditando na sua capacidade em protagonizar processos de geração, transferência e disseminação do conhecimento e na força motriz desses para fomentar o desenvolvimento local.

Num momento singular da nossa história, em que testemunhamos o valor do método científico como premissa basilar do enfrentamento à pandemia da Covid-19 e em que, contraditoriamente, se observa, no Brasil e noutros países em desenvolvimento, um cenário de retração dos sistemas de ciência, tecnologia e inovação (UNITED NATIONS, 2021), o Distrito Federal promove uma ampla

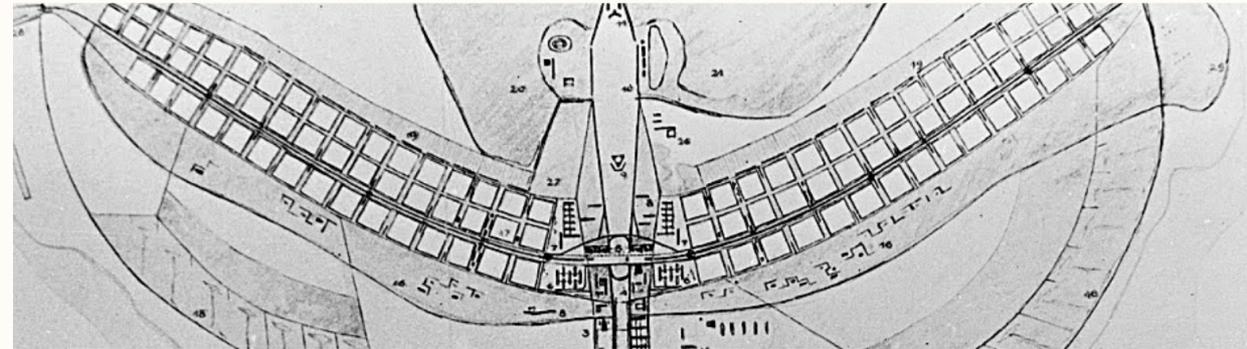
institucionalização de sua política de educação superior pública. Nos últimos meses, a unidade da federação deixa de compor o incômodo rol dos quatro estados brasileiros que não têm universidade pública sob alçada própria, constitui uma carreira de magistério superior público (Lei nº 6.969/2021) e garante investimentos da ordem de R\$ 200 milhões pelos próximos quatro anos para o desenvolvimento de sua universidade (Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 34/2021).

Em meio às oportunidades e desafios que emergem diante de uma empreitada dessa natureza e escala, é fundamental que a UnDF reflita, desde a primeira infância da instituição, sobre quais devem ser suas utopias norteadoras, ajustando-as ao espaço e tempo que são nossos.



Trabalhadores a caminho de suas cidades natais

Desenho do Plano Piloto



Como oportunamente postulou Darcy Ribeiro (1982), a universidade, antes de existir como um fato no mundo das coisas, deve existir como um projeto, uma utopia, no mundo das ideias. E, hoje, não há nada mais urgente e necessário para a UnDF do que sonhar suas utopias a partir do compromisso assumido com a democratização do acesso à educação superior.

Nascida em 2021, num contexto de agravamento das desigualdades socioeconômicas em níveis local, nacional e mundial, a UnDF não pode ignorar o cenário de extrema discrepância que caracteriza a oferta de educação superior no Distrito Federal e as implicações desse desajuste para o conjunto da sociedade.

Dados trazidos pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) na última Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (2018) informam que, enquanto 76% da população de alta renda familiar detém ensino superior completo, apenas 9,7% da população de baixa renda possui o mesmo nível de educação formal (DISTRITO FEDERAL, 2019). Além disso, o Distrito Federal, apesar de ter a maior renda domiciliar per capita dentre as unidades da federação, também abriga, segundo dados de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pelo menos 124 mil pessoas de 15 a 29 anos que não trabalham e nem estudam (CRUZ, 2020), formando um extenso contingente de jovens que precisam enxergar no ensino superior um caminho viável para a construção de seus projetos de vida. Certamente, essas realidades foram acirradas pela pandemia e devem ser consideradas pela política de educação superior pública distrital, sob pena de esta não realizar seu pleno potencial como indutora de processos redistributivos mais amplos na sociedade.

A produção distrital de ciência, tecnologia e inovação pode e deve se afirmar como propulsora do desenvolvimento local, sendo este, portanto, o principal ponto de partida da UnDF. Fazer com que as políticas de ensino, pesquisa e extensão da instituição sejam desdobradas de forma inclusiva e equitativa, a partir da articulação entre diferentes atores governamentais, do setor produtivo e da sociedade, é o fundamento maior que ilumina os passos iniciais da universidade recém-instituída.

Inicialmente pensada para abrigar 500 mil moradores (BRASIL, 2018), a Capital da Esperança hoje é uma vibrante metrópole de pouco mais de três milhões de habitantes. Com contornos radicalmente distintos daqueles imaginados pelos seus idealizadores, é lugar de diversos desafios, necessidades e vocações que precisam ser abraçados pela UnDF com coragem e determinação próprias. Dotar o Distrito Federal de sua universidade é recuperar o sentido emancipatório revelado na invenção de Brasília, indicando que, neste projeto de educação superior pública, plural e democrática, residirá parte significativa da redefinição dos rumos do território distrital.

Simone Benck e Lucas Máximo
Reitoria *Pro Tempore* da Universidade do Distrito Federal
Professor Jorge Amaury Maia Nunes (UnDF).



Inauguração da primeira escola primária de Brasília

REFERÊNCIAS

BOMENY, Helena. Universidade de Brasília: filha da utopia de reparação. Revista Sociedade e Estado, v. 21 [online], 2016.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Relatório do Plano Piloto de Brasília. Brasília: Iphan-DF, 2018.140 p. Disponível em: <http://portal.iphhan.gov.br/uploads/publicacao/lucio_costa_miolo_2018_reimpressao_.pdf>. Acesso em 12 nov. 2021.

CRUZ, Carolina. No DF, 124 mil jovens de 15 a 29 anos não trabalham e nem estudam, diz IBGE. Portal G1, 19 jul. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/07/19/no-df-124-mil-jovens-de-15-a-29-anos-nao-trabalham-e-nem-estudam-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

DISTRITO FEDERAL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Relatório da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (2018). Brasília: Codeplan-DF, 2019. 116 p. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/relatorio_DF_grupos_de_renda.pdf>. Acesso em 15 nov. 2021.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Darcy Ribeiro e UnB: intelectuais, projeto e missão. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online], v. 25, n.96, 2017.

RIBEIRO, Darcy. A universidade necessária. 4ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. Apresentação. In: PEREIRA, Eva Waisros; COUTINHO, Laura Maria; RODRIGUES, Maria Alexandra; HENRIQUES, Cinira Maria Nóbrega; MAGALHÃES SOUZA, Francisco Heitor de; FRANCA ROCHA, Lúcia Maria de (orgs.). Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa, 1956-1964. Brasília: Editora UnB, 2011. 375p.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.35, n.81, p.195-199, jan./mar. 1961.

UNITED NATIONS. UNCTAD. Technology and Innovation Report 2021: Catching technological waves: Innovation with equity. 2021. Disponível em: <https://unctad.org/system/files/official-document/tir2020_en.pdf>. Acesso em 15 nov. 2021.



O Boletim Internacional Mensal (BIM) é uma das ferramentas de comunicação pública do EAI para a otimização da característica cosmopolita de Brasília.

A seguir, selecionamos as temáticas e alguns dos destaques que fizeram parte das publicações mensais do BIM, representando um pequeno resumo da atuação do Escritório no ano de 2021.

O ANO DE 2021 NO EAI

DIRETOS HUMANOS

- Lançamento do Podcast DF Internacional;
- EAI recebe troféu de 100% de transparência do ITA (Índice de Transparência Ativa) da Controladoria-Geral do Distrito Federal;
- Capacitação virtual "Implementação da Agenda 2030 nas Instituições Públicas" promovida pela Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED).

MÊS INTERNACIONAL DA MULHER

- Primeiro Encontro de Diretores de Relações Internacionais e Coordenadores da União de Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI) de 2021, realizado em Madri;
- Reuniões para a promoção de investimentos com câmaras de comércio internacionais;
- Campanha de vacinação contra a COVID-19 em parceria com o Grupo de Países da América Latina e Caribe, a Secretaria de Saúde e o Ministério das Relações Exteriores.

JANEIRO



MARÇO



2020

2021: NOVAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS

- GDF adere à "Aliança pela Ação Climática Brasil" (ACA Brasil);
- Adoção de espaços no Centro de Reabilitação II de Taguatinga pela Embaixada da Bélgica;
- "Prêmio Diplomacia Verde para Juventude" da Delegação da União Europeia no Brasil.

FEVEREIRO

Ao clicar em cada mês, será possível visualizar, na íntegra, cada edição publicada!

CAPITAL INTERNACIONAL EM BRASÍLIA

- Preparação de Brasília para participar no Fórum Brasil de Investimentos 2021, organizado pela Apex-Brasil;
- Apresentação de oportunidades de negócios no DF a autoridades portuguesas e atrair investimentos;
- Anúncio dos cinco vencedores do concurso “Diplomacia Verde Para Jovens – Meio ambiente: é urgente agir!”, sendo um deles de Brasília.

MAIO



ÁGUA, FONTE DE VIDA

- Chegada de 100 ventiladores pulmonares doados ao DF pela empresa TikTok e pelas Fundações Jack Ma/Alibaba;
- Agenda com Bogotá para conhecer iniciativas desenvolvidas nas áreas de segurança, assistência social e gênero;
- Lançamento do Perfil e Oportunidades de Exportações e Investimentos do Distrito Federal 2021 feito pela Apex Brasil.

ABRIL



A IMPORTÂNCIA DA CULTURA

- O DF participa do BIF 2021 para atrair investimentos e apresentar o BioTIC;
- Campanha Agasalho Solidário recebe doação de mil cestas básicas da Embaixada dos Emirados Árabes Unidos;
- GDF submete, a convite de Bogotá, proposta de projeto conjunto para a Convocatória do BID a fim de promover os Bens Públicos Regionais.

JUNHO



DIA MUNDIAL DO REFUGIADO

- Reunião intersecretarial para alinhar estratégias referentes às temáticas de refúgio e migração e debater o panorama do Brasil e do DF;
- Participação de alunos da Escola Classe Bela Vista, de São Sebastião, no concurso de arte “Juventude #ComOsRefugiados” promovido mundialmente pelo Acnur;
- GDF submete 3 propostas de temáticas a serem trabalhadas em alianças com cidades de estados membros da União Europeia (UE) a convite do IURC.

JULHO



AGRICULTURA: TECNOLOGIA PARA A SUSTENTABILIDADE

- Embaixada de Israel realiza pintura de arte muralista na Galeria dos Estados;
- Ação social em homenagem ao Mandela Day promovido pela Embaixada da África do Sul;
- GDF realiza evento online internacional “Boas práticas sobre a Promoção da Autonomia Econômica de Mulheres na América Latina”.

AGOSTO

CIDADES INTELIGENTES

- Aniversário do BIM!
- Programa capacita servidores do GDF em socioeducação;
- Comissão discute implementação da Agenda 2030.

SETEMBRO



CIUDAR DA INFÂNCIA: UM DEVER GLOBAL

- Realização da primeira edição do projeto “Viver Brasília: uma perspectiva internacional”;
- GDF homenageia Corpo de Bombeiros, em retorno do Haiti por apoio em missão humanitária;
- Apresentação de Painel Internacional na 2ª edição do GovTech.

NOVEMBRO



2022

NOVA ERA DE TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

- Retomada do Programa “Circuito das Embaixadas”;
- Inauguração da Praça América Central, iniciativa do programa Adote Uma Praça;
- Lançamento da Europe Readr nas estações do Metrô-DF.

OUTUBRO

GOVERNANÇA LOCAL PELO CLIMA

- Participação na XIX Assembleia Geral da UCCI, em Madri, e confirmação de Brasília como Capital Ibero-americana das Culturas 2022 e Vice-presidência Temática de Cultura da rede;
- Conferência de Inovações Israelenses em Agricultura e Água no BioTIC;
- Apresentação sobre Cooperação Técnica Internacional em oficina da Secretaria de Saúde com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS).

DEZEMBRO

©Escritório de Assuntos Internacionais (EAI-DF)/Governo do Distrito Federal, 2021
Revista Distrito Internacional- 1ª Edição

www.internacional.df.gov.br
Instagram: @internacional_df
Twitter: @internacionalDF



